

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo: Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí/SC em relação a este processo, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS PARA CRIOTERAPIA para Secretaria Municipal de Saúde.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Saúde.

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
Gerusa Brum Pontes	Gerente das Especialidades	2363003	gerencia.especializada@itajai.sc.gov.br
Ana Paula Evaristo Lapa do Nascimento	Gerente de unidade	2497904	cmr.saojudas@itajai.sc.gov.br
Tatiane da Silva Cunha	Enfermeira	2808301	pc.saojudas@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Atualmente, a Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí dispõe de apenas um botijão de nitrogênio líquido, que é compartilhado entre as unidades CERED e CRM São Judas. Esse único recipiente está localizado no CRM São Judas, o que obriga os profissionais do CERED a se deslocarem até lá sempre que há necessidade de realizar procedimentos que utilizem nitrogênio líquido. Esse cenário tem gerado dificuldades logísticas e significativas, com impacto direto na rotina assistencial. Além do desgaste operacional, a situação compromete a agilidade e a segurança dos procedimentos médicos, especialmente quando há mais de um atendimento agendado simultaneamente ou quando ocorre aumento súbito da demanda. Nessas ocasiões, já foi registrada falta de nitrogênio suficiente para atender às duas unidades, prejudicando o fluxo e a eficiência dos atendimentos.

A aquisição de um novo conjunto de botijões permitirá que cada unidade possua seu próprio equipamento eliminando os deslocamentos constantes, otimizando o tempo de resposta, garantindo autonomia operacional e evitando falhas no abastecimento, além de ampliar a capacidade de atendimento com segurança e eficiência.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC).

4. Descrição dos requisitos do potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação deverá atender aos requisitos de qualidade, incluindo as exigências mínimas do Termo de Referência, buscando sempre a melhor relação qualidade/preço. A descrição dos requisitos no Termo de Referência limita-se às condições indispensáveis ao atendimento da necessidade, assegurando a competitividade da contratação e a maior eficiência possível. Indispensável o registro na ANVISA e atender as normas ABNT vigentes, bem como conformidade com certificados ISO e Normas Regulamentadoras.

A presente contratação deverá atender as disposições da legislação vigente no que tange à regulamentação da licitação, conforme Lei nº 14.133/2021.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A estimativa das quantidades de equipamentos ambulatoriais a serem adquiridos foi realizada com base no levantamento das necessidades atuais dos centros de saúde e da situação dos equipamentos em uso atualmente.

Item	Descrição	Un. Medida	Quant.
1	Botijões criogênicos 20 litros: devem possuir certificação do INMETRO como vasos criogênicos transportáveis, com isolamento térmico, pescador interno e válvula de segurança. O fabricante deve seguir as exigências da ANVISA incluindo Boas Práticas de Fabricação e rastreabilidade.	Unid.	2
2	Botijões criogênicos 30 litros: devem possuir certificação do INMETRO como vasos criogênicos transportáveis, com isolamento térmico, pescador interno e válvula de segurança. O fabricante deve seguir as exigências da ANVISA incluindo Boas Práticas de Fabricação e rastreabilidade.	Unid.	2
3	Pistolas de crioterapia: devem estar registradas ou notificadas na ANVISA como dispositivos médicos, possuir ponteiros intercambiáveis (spray e contato), volume de 500 ml, e serem fabricadas com materiais isolantes e resistentes (como aço inox). Devem vir com manual técnico e garantia mínima de 12 meses.	Unid.	3

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Conforme o Art. 20 da Lei 14.133/2021, itens de consumo para as estruturas da Administração Pública devem ter qualidade comum, suficiente para cumprir suas finalidades. Assim, classificam-se como bens comuns, com padrões de desempenho e qualidade definidos por especificações usuais no mercado, disponíveis de forma ampla por diversos fornecedores.

Modalidades consideradas: pregão eletrônico na forma tradicional, pregão eletrônico por sistema de registro de preços, dispensa, inexigibilidade e adesão.

- Pregão eletrônico tradicional: não se aplica, pois os bens se enquadram nas hipóteses do Art. 3º e incisos do Decreto 11.462/2023.
- Dispensa de licitação: descaracterizada, pois não atende às hipóteses do art. 75 da Lei 14.133/2021.
- Inexigibilidade: não procede, pois não há inviabilidade de competição conforme art. 74 da Lei 14.133/2021.
- Adesão: descartada pela quantidade de itens, Limitação de tempo e inviabilidade econômica para a Administração.
- Opta-se pela adoção da modalidade **pregão eletrônico por sistema de registro de preços (SRP)**, por se tratar do procedimento que melhor atende aos princípios da isonomia, competitividade, eficiência, transparência e economicidade, previstos no art. 5º e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

6.1 PREFERÊNCIA ME/EPP: NÃO.

Justifica-se a não observância da Lei Nº 7.785/2025, tendo em vista a impossibilidade de identificar, em pesquisa de mercado, a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local e regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório. A ausência de parâmetros que afastem esses riscos, poderá acarretar prejuízo e desvantagem à Administração, pela inexistência de um ambiente competitivo real entre microempresas e empresas de pequeno porte, para a disputa de respectiva pretensão contratual. A isso tudo, some-se o problema de contratação de empresa de pequeno porte em contratações para as quais elas não possuem efetivas condições de suportar as nuances da contratação com o Poder Público, com a possibilidade de conduzir um certame fracassado. Demais disso, é notório que a restrição à participação de outras empresas, apesar de amparada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, não é absoluta. De todo modo, as ME e EPP terão garantidos as suas prerrogativas de tratamento diferenciado e favorecido, dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, razão pela qual decisão preserva a competitividade do certame e garante a isonomia.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O valor global máximo para aquisição dos itens é de **R\$ 36.657,49 (Trinta e seis mil seiscientos e cinquenta e sete reais e quarenta e nove centavos)**.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A solução é a aquisição, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços, para aquisição de equipamentos ambulatoriais de crioterapia. Esse modelo tende a tornar o processo mais ágil, reduzir desperdícios de tempo e informações, facilitar a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de ampliar transparência e conformidade legal, com menor nível de complexidade administrativa.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação será realizada por item, tendo em vista ser esta a regra da licitação quando o objeto for divisível, sendo que a equipe de estudo constatou não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala com a divisão em itens, o que também proporcionará ampliação na participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo em relação a itens ou unidades autônomas.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há contratação correlata e/ou interdependentes.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- Maior resolutividade dos atendimentos especializados;
- Descentralização e ampliação da oferta de serviços ambulatoriais;
- Redução de filas de espera para procedimentos ginecológicos e dermatológicos;
- Atendimento humanizado e tecnicamente qualificado à população usuária do SUS.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há nenhuma providência a ser adotada.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Em conformidade com o art.11 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 3º da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), esta contratação deve observar critérios de sustentabilidade ambiental. Com o objetivo de reduzir os impactos negativos ao meio ambiente ao longo do ciclo de vida dos produtos fornecidos.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<hr/> <p>Tatiane da Silva Cunha Matrícula: 2808301</p>	<hr/> <p>Gerusa Brum Pontes Matrícula: 2363003</p> <hr/> <p>Ana Paula Evaristo Lapa do Nascimento Matrícula: 2497904</p>

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, 10 de outubro de 2025.

Gerusa Brum Pontes
Gerente das Especialidades

Mylene Martins Lavado
Secretária Municipal de Saúde